

# Sarney diz que reforma não tarda

Se pacto político ganhar força, trocas de ministros vão começar

MARILENA DEGELO  
Enviada Especial

Campinas — O presidente José Sarney apresentará na próxima segunda-feira à noite, em rede nacional de rádio e televisão, os termos do novo pacto político. Ontem, no município de Campinas, após inaugurar a estação terrena da Telebrás em Morungaba, Sarney declarou que essa reformulação implicará numa reforma ministerial, ou administrativa.

O porta-voz da Presidência, jornalista Frotz Neto, informou que Sarney não deverá esperar o término da Constituinte para realizar as mudanças no ministério. Essa reforma será feita tão logo o Planalto tiver resposta ao seu pacto político.

O presidente não quis antecipar os principais pontos do acordo, porque deseja antes submetê-lo aos partidos e aos congressistas. "Mas acho que ele deve ser um pacto que assegure estabilidade política ao País, que dê co-responsabilidade ao Congresso e ao Poder Executivo para que se possa realmente com tranquilidade, realizar a transição democrática" — explicou Sarney.

Para esse pacto ele disse que não deverá fazer restrição a ninguém. "É um pacto em favor do Brasil e todos que desejarem estar reunidos em torno desta causa serão bem-vindos", acrescentou o Presidente.

Sarney esclareceu ainda que o novo pacto político é uma necessidade "em face da extinção da Aliança Democrática". Ressaltou, também, que precisa obter uma maioria estável e capaz de dar tranquilidade e segurança ao governo para que possa empreender a obra que o país necessita.

Nesse acordo segundo o presidente, precisa haver um programa mínimo para ser cumprido até o término de seu governo: "É justamente nesse sentido que estamos trabalhando". Sarney falou quatro vezes a imprensa durante sua visita à região de Campinas. Em todas elas, reafirmou a sua preocupação com a instabilidade política do País para a execução de obras do governo que concluíam a transição democrática.

Em seu discurso durante a inauguração da Estação, Sarney pediu o apoio da classe política para ter condições de trabalhar livremente, constituindo equipes que possam dinamizar

a administração pública. "Precisamos de mais trabalho, mais decisão, mais afirmação, de mais grandeza e isso tenho certeza que encontrarei nos nossos companheiros políticos que têm me apoiado através de seu partidos, no Congresso Nacional e em todos os estados".

O Presidente elogiou a atuação do ministro Antônio Carlos Magalhães e agradeceu o apoio manifestado pelo governador Orestes Quêrcia em seu discurso. Em sua fala, também enfatizou que nesta segunda etapa de seu governo deseja elevar "o seu destino, dinamizando o desenvolvimento para abandonar a retórica do pessimismo e do fracasso".

Quêrcia, por sua vez, destacou a importância do documento preparado por Sarney, e sem floreios, desde logo manifestou seu apoio ao pacto: "Tenho certeza absoluta que vai traduzir a nova orientação política e administrativa e criar uma mentalidade de desenvolvimento do País nesses dois ou três anos de mandato que lhe restam". Nas entrelinhas, o governador de São Paulo — defensor de um Governo de cinco anos para Sarney — admite que o prazo poderá se alongar por mais um ano.

O governador paulista conclamou o PFL e outros partidos a trabalharem junto com o PMDB nessa composição da base de sustentação "para o País alcançar seus objetivos".

Antônio Carlos Magalhães enfatizou em seu discurso que "acima das siglas políticas, interesses pessoais e partidários está nossa vontade férrea de construir o Brasil". Com isso procurou justificar sua permanência no Ministério, apesar do rompimento oficial da Aliança Democrática. Ao defender a assinatura de um novo pacto suprapartidário, o ministro deixou claro que em seu entender o papel dos partidos passou a ser secundário.

"Hoje é vontade nacional que o Presidente tenha ampla liberdade para assumir a responsabilidade num momento difícil em que nem sempre todos ajudam. É preciso que todos colaborem e poucos atrapalhem". "Quem está prejudicando, ministro?", indagaram os repórteres. "Tenho a impressão que quando se quer nominar pessoas cria-se dificuldades", respondeu. "É o PMDB ou o PFL?" insistiram os jornalistas. "O

nosso papel está acima de partidos, para criar uma base de sustentação para o Presidente da República", assinalou.

Já o ministro das relações exteriores, Abreu Sodré, também pefelista, definiu como imagina a reforma ministerial. Ela deve ser feita pelo Presidente e, portanto, não pode ser precipitada pela demissão dos ministros. Ao mesmo tempo, fez uma crítica objetiva ao presidente nacional do seu partido, senador Marco Maciel: "Ele ainda não consultou as bases do PFL e nem convocou a posição que deve tomar o partido diante dessa situação".

Quando houver uma reunião do diretório nacional Sodré pretende defender a tese de que não é este o momento de se criar dificuldades e nem de provocar o que chamou de "crise da demissão", porque isso pode precipitar um choque de interesses e afetar as posições do Brasil no mercado financeiro internacional.

## PROGRAMA

O Presidente desembarcou no aeroporto de Viracopos, em Campinas, acompanhado de sua mulher, Dona Marli, e dos ministros Almir Pazzianotto, Iris Rezende, Bayma Denis, além de Sodré e Antônio Carlos Magalhães. Em seguida embarcou de helicóptero até o município de Morungaba, onde inaugurou a estação terrena da Telebrás, que será responsável por 50% das comunicações internacionais.

No local acrescentou também 10.000 localidades integradas à Rede Nacional de Telecomunicações, através de telefonema ao prefeito Raimundo Quirino Calixto, de São Gabriel da Cachoeira no Estado do Amazonas, fronteira com Venezuela.

Após rápido coquetel seguiu para Campinas onde visitou as instalações do Centro de Pesquisas da Telebrás, à noite ele participou no Palácio dos Bandeirantes da solenidade de entrega de prêmios às melhores e maiores empresas, outorgadas pela revista "Exame", dessa cerimônia também participou o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, da Fazenda.

A construção dessa estação representou investimentos de 200 milhões de cruzados. Os seus 504 canais integram as comunicações do país com a Europa e América.

## Estado está "quase indomável"

SIMON WIDMAN  
Da Sucursal

São Paulo — O presidente José Sarney aproveitou o perfil do público reunido à noite no Palácio dos Bandeirantes, para a entrega do prêmio "Maiores e Melhores", da revista Exame, formado exclusivamente por grandes empresários, e fez uma defesa firme da iniciativa privada. Em seu longo discurso, também fez algumas críticas contundentes à excessiva presença do Estado na economia. Sem dúvida, foram as palavras mais adequadas para o momento.

A interferência do Estado na economia, que de acordo com as palavras de Sarney, tornou-se "quase indomável", foi confirmada no áudio-visual apresentado durante a cerimônia. Nele, a revista Exame conclui que o lucro das 50 maiores empresas estatais em 1986 — de 60 bilhões de cruzados — foi superior ao lucro das 50 maiores empresas privadas nacionais, estrangeiras e dos 50 maiores bancos, que somados alcançaram somente 58 bilhões de cruzados.

No discurso, Sarney defendeu o posicionamento da iniciativa privada "sempre na linha de frente da recuperação do país". E nesse ponto, disparou suas críticas à presença do Estado, para agrado absoluto dos presentes: "A iniciativa privada precisa, apenas, ter condições reais para cumprir esse destino, que começa na contenção do dirigismo estatal, esta teratológica concepção de economia que, semeada entre nós, tornou-se quase indomável".

Para fazer as críticas à interferência do Estado, o Presidente chegou a citar frases de Lenin e Mussolini, dois inegáveis defensores do absolutismo do Estado. "O Estado é o único que pode resolver as dramáticas contradições do capitalismo. Quando se diz fascismo, diz-se Estado", assinalou Sarney, reproduzindo as palavras do ditador italiano. Em contraponto com essas afirmações, ele deu o seu parecer sobre os riscos de um Estado muito forte: "Toda vez que aumenta o poder do Estado diminui a faixa de liberdade".

Em meio aos rasgados elogios à iniciativa priva-

da, o Presidente utilizou outro tema, da mesma forma agradável aos ouvidos do empresariado. Ressaltou no discurso o empenho de seu governo em reduzir o déficit público e combater a hipertrofia da máquina do Estado. Como exemplo, lembrou que assumiu a Presidência com uma estrutura financeira que comportava três orçamentos "diferentes, desconexos e confusos", unificados em sua gestão.

Ele também enfocou as negociações do Brasil com seus credores internacionais. "Nossos povos não podem ser conduzidos ao extremo sacrifício social da recessão por uma questão financeira possível de ser resolvida pela efetiva colaboração internacional", afirmou. E definiu o comportamento da equipe econômica nessa negociação em poucas palavras: "Estamos negociando sem preconceitos, mas sem abdicar dos interesses do país, que defenderemos sempre com bravura e decisão". Ao final do discurso, reafirmou sua confiança no futuro econômico do país. "Se alguém duvidar — desatou — veja São Paulo".

## Peemedebistas estão aguardando discurso

O PMDB está disposto a assumir a postura de partido governista, desde que o presidente José Sarney, no pronunciamento que fará à nação na segunda-feira, defenda as teses programáticas peemedebistas. O partido não quer que o PFL continue a ter participação no governo, pois acredita poder com seus 305 parlamentares dar total sustentação ao Presidente da República. Admite, contudo, caso seja necessário no futuro, a coligação com alguma outra sigla partidária que não seja o PFL. Essa foi a conclusão que chegaram os parlamentares do PMDB que estiveram reunidos durante várias horas na noite de quarta-feira na residência do presidente peemedebista, deputado Ulysses Guimarães.

No encontro além de uma avaliação da atual conjuntura política os parlamen-

tares trocaram informações sobre o esboço do texto do pronunciamento presidencial. No início da madrugada, depois que a maioria dos deputados e senadores já havia se retirado, o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, revelou a Ulysses e a alguns deputados que durante audiência no Palácio do Planalto, o presidente havia lhe mostrado o esboço do discurso que pretende fazer. Embora lembrando que o que lera ainda pode sofrer algumas modificações, Simon garantiu aos peemedebistas que subscreveria as propostas presidenciais, que a seu ver, estavam de acordo com as teses programáticas do PMDB.

Segundo um dos parlamentares presentes, o presidente Sarney já teria mandado comunicar a Ulysses, que quando o pronunciamento estivesse

pronto mandaria entregar uma cópia para o presidente do PMDB e outra para o presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE). O esboço do discurso presidencial tinha, até quarta-feira, três páginas.

Na primeira página do documento, o presidente comentava os compromissos de formação da Aliança Democrática. Citava todos e explicava que já havia cumprido com 90 por cento deles. Em razão de não ter conseguido realizar os dez por cento restantes, o presidente destacou a necessidade de promover um novo plano para seu governo, em substituição à carta "Compromisso com a nação".

A segunda página do esboço é ocupada pelas propostas presidenciais que incluem, entre outros temas, a reforma agrária, moratória, compromisso com o Nordeste.